

Apresentação

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_0

Cláudia Henriques

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho

Pedro Marques Gomes

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH

Sílvia Marques Torres

Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA

Num ensaio, a que chamou “Crise, incerteza e jornalismo”, Barbie Zelizer, refletindo sobre algumas das características e desafios do jornalismo atual, não deixa de convocar o passado, lembrando que certos discursos e previsões catastrofistas sobre o “futuro” de alguns meios de comunicação social estão longe de constituir uma novidade. “Pontos temporais anteriores revelam maiores semelhanças com as circunstâncias atuais do que se poderia esperar”, escreve a académica, acrescentando: “todos eles se apoiavam em descrições semelhantes de incerteza e precariedade, partilhavam um sentido de urgência e eram impelidos pela mesma necessidade de resolução”. Ou seja, ainda que em contextos distintos, que importa aprofundar, “o mesmo discurso promove uma divisão entre os novos *media* e os *media* tradicionais” (2018, p. 102).

Esta reflexão, feita por Zelizer no presente, mas olhando para o passado, remete precisamente para o que motivou a organização deste número da revista *Media & Jornalismo* dedicado aos “*media* no Portugal Contemporâneo”. A ideia de que, segundo uma perspetiva histórica, o estudo dos *media* permite-nos, através dos seus conteúdos, leituras da sociedade e dos contextos, mas também, entre outras possibilidades, uma melhor compreensão da complexa teia de relações entre os meios de comunicação social e campos como o político, económico, cultural, tecnológico, entre outros. Como observa Jean-Noel Jeanneney, a história dos *media* compreende “uma área muito vasta”, pois “reúne todas as áreas da investigação e diz respeito à maioria das atividades humanas, públicas e privadas” (1996, p. 5).

Em Portugal, a história dos *media* tem vindo a despertar cada vez mais interesse entre os investigadores. Depois de um longo período em que foi, de algum modo, ignorada (o pioneiro da história da imprensa em Portugal, José Tengarrinha, não deixa de o constatar nos seus trabalhos), nas últimas duas décadas assistiu-se a um considerável desenvolvimento de estudos sobre o passado dos *media* nacionais, cruzando várias disciplinas científicas e ângulos de abordagem distintos. Neste contexto, o Portugal Contemporâneo ganha particular destaque nas investigações que têm sido realizadas.

Partindo da premissa de Asa Briggs e Peter Burke, de levar a “história para o interior dos estudos *media*, e os *media* para dentro da história” (2006, p. 10), foi organi-

zado, o Congresso “Os *Media* no Portugal Contemporâneo: da ditadura à democracia”, que decorreu nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA) e do Instituto de História Contemporânea (IHC). Os textos que se publicam neste número tiveram como ponto de partida comunicações apresentadas nesse encontro sobre o papel dos meios de comunicação social no longo período da ditadura portuguesa e nos primeiros anos da democracia.

A edição da revista *Media & Jornalismo* que agora apresentamos encontra-se organizada em cinco temáticas centrais, estruturantes do panorama mediático português durante mais de cinquenta anos. Em primeiro lugar, as dinâmicas vividas na imprensa, rádio a televisão ao longo deste vasto intervalo temporal, que vai do Estado Novo ao pós-25 de Abril de 1974. Por outro lado, a montante, a máquina de propaganda e o aparelho censório do Estado Novo, que, se por um lado, determinaram e condicionaram as práticas e rotinas dos *media* e dos seus profissionais nos consulados de Salazar e Caetano, por outro, ajudam a explicar a forma como os *media* reivindicaram e afirmaram a sua ação no contexto pós-revolucionário.

Abrimos este número da revista com o texto da conferência inaugural de Mário Mesquita – figura incontornável dos estudos dos *media* e do jornalismo, e pioneiro na história dos *media* do pós 25 de Abril de 1974 –, que propõe, a partir do conceito de “efeito de atraso” de Eric Neveu, a hipótese de a estratégia utilizada relativamente aos *media*, no período revolucionário, ter como base teorias da comunicação cuja “invalidez científica” já havia sido declarada. Refletindo sobre esta questão, Mário Mesquita sublinha que “o uso da comunicação social pelas forças revolucionárias, em 1974-75, saldou-se por um efeito de boomerang”, precisamente porque “a tentativa do monolitismo” acabou por se voltar “contra quem o tentou implantar.”

Carla Ribeiro, investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, reflete sobre o principal organismo de propaganda e de enquadramento político-ideológico dos *media* e das atividades culturais durante o Estado Novo, o Secretariado Nacional de Informação (SNI). O estudo de caso centrado na Delegação do SNI do Porto mostra como a sua atuação política junto da imprensa e da rádio portuenses se revelou fundamental para a construção retórica do regime.

Através do estudo de Vasco Ribeiro, também investigador do CITCEM, em torno de lobistas e assessores norte-americanos que estiveram ao serviço do Estado Novo, vemos como os regimes de Salazar e Caetano souberam aplicar, para além da tradicional propaganda política, as modernas regras da comunicação estratégica na promoção do país, do regime político e dos seus dirigentes junto da opinião pública. Por sua vez, Joaquim Cardoso Gomes, do ICNOVA, analisa a máquina censória do Estado Novo e o seu pessoal político através de gravações dos telefonemas dos censores feitos nos meses que precederam o 25 de Abril de 1974 e no próprio dia da Revolução.

No campo da imprensa, Eduardo Cintra Torres, da Universidade Católica Portuguesa, e Filomena Serra, do Instituto de História de Arte da NOVA FCSH, analisam a retórica das imagens de Salazar no *Século Ilustrado*, entre 1938 e 1945. Nesta publicação, e neste período temporal, a imagem do líder incontestado dá lugar à de “um líder panóptico que vê e manda sem precisar de ser visto”.

A proposta de Jaime Lourenço, doutorando no ISCTE-IUL, e de Maria João Centeno, investigadora do ICNOVA, pressupõe o levantamento e análise de conteúdo de publicações sobre cinema ao longo de quarenta anos (entre as décadas de 1950 e 1980), assim como uma revisão da literatura acerca da imprensa que se dedicou ao cinema em Portugal. Através deste estudo, que cronologicamente parte do Estado Novo e chega aos anos da democracia, é possível compreender a evolução e o desenvolvimento do que os autores consideram ser um subgénero do jornalismo cultural.

A investigadora Suzana Cavaco, do CITCEM, explora os desafios, no âmbito da economia dos *media*, que se colocam à imprensa portuguesa nos finais do Estado Novo. Apesar de alguns progressos, a imprensa continua, nas vésperas do 25 de Abril, mergulhada num atraso económico e social considerável face à Europa Ocidental e América do Norte.

Marco Gomes, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, optou por estudar a cobertura jornalística do imediato pós-25 de Abril de 1974, realizada por três jornais italianos. Destaca-se, desde logo, a relevância atribuída pela imprensa italiana ao que ia acontecendo em Portugal, mas também o grau de envolvimento dos jornalistas nos acontecimentos, que o autor contextualiza e interpreta. O estudo do nascimento de um novo jornal, em pleno “Verão quente” de 1975 é a proposta do artigo assinado por Pedro Marques Gomes, investigador do IHC. Analisando as circunstâncias da criação d’*A Luta* e as suas características, o autor destaca as ligações e a sintonia, a nível político-ideológico, do periódico ao Partido Socialista, assim como a sua inegável posição de defensor da legalidade democrática como rumo para o futuro do país.

De seguida, David Castaño, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), aborda a nem sempre pacífica relação entre o Conselho da Revolução e a imprensa, que se traduziu, por exemplo, na instauração de vários processos a jornais e jornalistas, entre 1976 e 1982.

No campo dos estudos da rádio, Cláudia Henriques, doutoranda da Universidade do Minho, analisa as inundações de 1967 em Lisboa enquanto acontecimento mediático que recebeu uma atenção privilegiada do Rádio Clube Português, no quadro das transformações que o jornalismo radiofónico estava então a viver. Luís Bonixe, investigador do ICNOVA, reflete sobre a rádio no período pós-revolucionário. No final da década de 1970, a emergência de discursos e práticas em torno da valorização e da legalização das rádios locais em Portugal, fruto da democracia e da liberdade de expressão entretanto conquistadas, torna-se uma realidade que “contaminará” a década seguinte.

Os estudos sobre a história da televisão estão presentes em vários artigos. Francisco Rui Cádima, coordenador e investigador do ICNOVA, analisa os contrastes entre a televisão de Salazar e a de Marcello Caetano, em linha com as diferenças existentes no plano pessoal e nos objetivos políticos de cada um, realçando os denominadores comuns: uma regular subexposição, a censura e a perseguição aos rostos e vozes dissonantes, e o “não direito à imagem de um povo”. Por sua vez, Jacinto Godinho, investigador do ICNOVA, estuda os telejornais da televisão pública portuguesa em dois casos relacionados com agitação estudantil – o Maio de 68, em França, e a Crise Académica de 1969, em Coimbra –, procurando perceber o que levou a RTP a realizar uma ampla cobertura do acontecimento internacional e a ignorar completamente o que se passou, um ano depois, em Portugal.

Ana Cabrera, investigadora do IHC, analisa a estratégia de informação de Marcello Caetano, quando este assume a Presidência do Conselho de Ministros, em 1968. Entre outros aspetos salientados pela autora, esta estratégia alicerçava-se em acontecimentos que "assegurassem", a Caetano, "uma boa visibilidade na imprensa".

Carla Baptista, investigadora do ICNOVA, debruça-se sobre o processo revolucionário português, analisando os programas informativos não diários da RTP. De acordo com a autora, os conteúdos transmitidos nesses programas "permitem caracterizar o processo de «invenção da televisão revolucionária»", designadamente como agente não só de transmissão de informação, mas também de formação do povo.

Finalmente, Maria Inácia Rezola, investigadora do IHC, reflete, numa perspetiva ampla, acerca do papel dos *media* na revolução portuguesa, deixando assente a ideia de que se pretendia, efetivamente, "romper com o passado". Tal é demonstrado através da identificação das alterações que vão ocorrendo no interior das próprias empresas jornalísticas, nas relações laborais e na tensão que marcou as relações entre *media* e poder neste período, entre outros aspetos salientados pela autora.

Em suma, estamos perante um leque diversificado de textos – quanto a objetos de estudo, ângulos de abordagem ou pressupostos metodológicos – que nos permite olhar para a nossa história recente através do estudo de um dos seus aspetos "mais vivos e expressivos", como bem observa Tengarrinha (1989, p. 263), e que, pretende, assim, ser mais um contributo para uma melhor compreensão do Portugal Contemporâneo.

Cabe-nos, por fim, agradecer a todos os autores que colaboraram neste número, assim como aos participantes no congresso realizado em outubro de 2018. Aos leitores, desejamos boas leituras!

Os textos publicados neste número da *Media & Jornalismo* seguem as regras do acordo ortográfico escolhido por cada autor.

Referências biográficas

Briggs, A. & Burke, P. (2006). *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*.

Rio de Janeiro: Zahar.

Jeanneney, J. N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Zelizer, B. (2018). Crise, incerteza e jornalismo. *Electra*, 4, 89-106.

Notas biográficas

Cláudia Henriques é doutoranda do Programa de Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, com bolsa de doutoramento da FCT. Mestre em Jornalismo pela NOVA FCSH. Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

ORCID ID: 0000-0002-6548-2886

Email: claudia.henriques@sapo.pt

Morada: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Pedro Marques Gomes é doutorado em História Contemporânea pela NOVA FCSH, investigador do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH e Professor na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388.

Email: pedromarquesgomes@gmail.com

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal; Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna 26, 1050-099 Lisboa, Portugal

Sílvia Marques Torres é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É investigadora do Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA.

ORCID ID: 0000-0001-5965-7048

Email: silviammtorres@gmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal